



## **AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALCABIDECHE**

### **REGULAMENTO ELEITORAL PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO GERAL DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALCABIDECHE**

#### **INTRODUÇÃO**

A presidente do Conselho Geral (CG) do Agrupamento de Escolas de Alcabideche (AEA) procede, enquanto sua responsabilidade, à abertura do processo eleitoral para a eleição do Conselho Geral.

#### **CAPÍTULO I**

##### **Objeto e composição**

##### **Artigo 1.º**

##### **Objeto**

1 - Nos termos dos artigos 14.º e 15.º do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei nº 137/2012 de 2 de julho, declara-se aberto o processo para a eleição dos membros do Conselho Geral, previsto no mesmo diploma.

2 - As disposições referentes aos processos eleitorais, sem prejuízo do disposto no número anterior, constam do Regulamento Interno em vigor no AEA.

##### **Artigo 2.º**

##### **Composição**

1 - O Conselho Geral é composto por representantes eleitos do pessoal docente, dos pais/ encarregados de educação, do pessoal não docente, por representantes designados pelo município e por representantes da comunidade local, cooptados nos termos previstos no artigo 12.º do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei nº 137/2012 de 2 de julho.

2 - O Conselho Geral é composto por 15 membros, distribuídos da seguinte forma:

- a) **5** representantes do pessoal docente (com representação adequada dos diferentes níveis e ciclos de ensino);
- b) **2** representantes do pessoal não docente;

- c) **3** representantes dos pais/encarregados de educação;
- d) **3** representantes do município;
- e) **2** representantes da comunidade local.

## **CAPÍTULO II**

### **Abertura do Processo Eleitoral**

#### **Artigo 3.º**

##### **Abertura e Publicação**

- 1 - O processo eleitoral para o Conselho Geral é aberto com a divulgação do presente Regulamento Eleitoral pela presidente do Conselho Geral.
- 2 - Após a divulgação referida no número anterior, a presidente do CG diligencia junto das Associações de Pais ou representantes dos pais/encarregados de educação das escolas do Agrupamento, para que as mesmas proponham os seus representantes.
- 3 - A presidente do CG diligencia junto do município que este designe os seus representantes, nos termos da lei.
- 4 - A presidente do CG desencadeia os restantes procedimentos para a divulgação do presente regulamento e publicitação do calendário, bem como para a designação dos elementos efetivos e suplentes das mesas que presidem às eleições para o Conselho Geral e ao respetivo escrutínio.
- 5 - A presidente do CG envia para as escolas do agrupamento o Regulamento Eleitoral e os modelos de listas de candidatura para serem divulgados.
- 6 - Em todo o processo eleitoral a presidente do CG é coadjuvada pela Direção.

#### **Artigo 4.º**

##### **Cadernos Eleitorais**

- 1 - A presidente do CG solicita aos serviços competentes a elaboração dos cadernos eleitorais atualizados.
- 2 - Os cadernos eleitorais são divulgados nas escolas do agrupamento.
- 3 - Até ao 5.º dia útil seguinte à sua afixação, qualquer eleitor pode reclamar junto da presidente do CG, por escrito, de qualquer irregularidade patente nos cadernos eleitorais.
- 4 - Após o período de reclamação referido no número anterior, os cadernos eleitorais, se não existirem reclamações, são considerados definitivos, com a salvaguarda da atualização dos mesmos, em caso de entrada e/ou saída de pessoal do agrupamento.

## **CAPÍTULO III**

### **Apresentação de Candidaturas**

#### **Artigo 5.º**

##### **Condições de Candidaturas**

1 - Os candidatos ao Conselho Geral, representantes do pessoal docente e do pessoal não docente constituem-se em listas separadas, a submeter às respetivas Assembleias Eleitorais.

2 - Os candidatos à representação dos pais e encarregados de educação são propostos pelas respetivas organizações representativas e eleitos em assembleia geral de pais e encarregados de educação, nos termos do número 3 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei nº 137/2012 de 2 de julho.

3 - Nos termos do artigo 50.º, não podem ser candidatos:

- a) os docentes e não docentes a quem tenha sido aplicada pena disciplinar superior a multa, durante o cumprimento da pena e nos quatro anos posteriores ao seu cumprimento;
- b) o disposto na alínea anterior, não é aplicável ao pessoal docente e não docente reabilitado nos termos do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local.

#### **Artigo 6.º**

##### **Receção e Divulgação das Listas**

As listas são dirigidas à presidente do Conselho Geral do AEA e entregues até 3 de janeiro de 2026 nos Serviços de Administrativos da escola sede, dentro do horário de funcionamento destes serviços, em envelope fechado, sendo rejeitadas as listas que forem entregues após aquela data.

## **CAPÍTULO IV**

### **Ato Eleitoral**

#### **Artigo 7.º**

##### **Assembleias Eleitorais**

1 - As Assembleias Eleitorais são convocadas pela presidente do Conselho Geral nos termos da lei.

2 - Compõem cada uma das Assembleias Eleitorais os elementos que constam nos cadernos eleitorais.

- 3 - Têm direito de voto para eleger os seus representantes ao Conselho Geral:
- a) a totalidade do pessoal docente em exercício efetivo de funções no Agrupamento de Escolas de Alcabideche, qualquer que seja o seu vínculo contratual;
  - b) todo o pessoal não docente em exercício efetivo de funções no Agrupamento de Escolas de Alcabideche, provido em lugares do quadro ou mediante contrato.

## **Artigo 8. °**

### **Mesas das Assembleias Eleitorais**

- 1 - As mesas das Assembleias Eleitorais são constituídas da seguinte forma:
- a) Mesa da Assembleia Eleitoral dos docentes e não docentes: 2 docente e 1 não docente designados pela Diretora;
- 2 - Devem ser também designados os membros suplentes em igual número aos efetivos, segundo a composição descrita no ponto anterior.
- 3 - Com base no referido no ponto 1, a mesa tem um presidente e dois secretários que asseguram, obrigatoriamente, o seu funcionamento.
- 4 - Cada lista pode designar 1 representante para acompanhar o ato eleitoral, na qualidade de delegado.

## **Artigo 9. °**

### **Competências da Mesa da Assembleia Eleitoral**

Compete à Mesa da Assembleia Eleitoral:

- a) receber da presidente do Conselho Geral os cadernos eleitorais definitivos;
- b) proceder à abertura e encerramento das urnas;
- c) efetuar os escrutínios e apurar os resultados;
- d) lavrar as atas das suas reuniões e da Assembleia Eleitoral;
- e) entregar a ata respetiva à presidente do CG, que procede à afixação dos resultados, no prazo de 24 horas, depois de decidir sobre os protestos lavrados em ata.

## **Artigo 10.º**

### **Votação**

- 1 - A votação decorre:
- a) entre as 9:00 e as 18:00 horas do dia fixado no calendário para as assembleias de docente e, não docentes;
- 2 - As urnas podem encerrar antecipadamente, desde que tenham votado todos os elementos que constam dos cadernos eleitorais.
- 3 - Nos termos do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, a votação realiza-se por sufrágio secreto e presencial.

4 - Em nenhuma circunstância é permitido o voto por delegação ou por correspondência.

5 - Sempre que haja dúvidas por parte de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Eleitoral sobre a identificação de qualquer votante, poderá ser exigida a sua identificação, através de documento atualizado, contendo fotografia.

## **Artigo 11.º**

### **Listas**

1 - As listas do pessoal docente devem ter 5 elementos efetivos e 5 suplentes e devem assegurar, sempre que possível, a representação dos diferentes níveis e ciclos de ensino.

2 - As listas do pessoal não docente devem ter 2 membros efetivos e igual número de suplentes.

3 - Os candidatos a membros efetivos e a membros suplentes devem integrar, apenas, uma das listas apresentadas.

4 - As listas de candidatos a representantes do pessoal docente devem:

- a) integrar os representantes da educação pré-escolar, do primeiro ciclo do Ensino Básico e da Educação Especial;
- b) indicar quais os candidatos efetivos e quais os suplentes;
- c) mencionar o nome completo, o n.º de Bilhete de Identidade (BI) ou Cartão de Cidadão (CC) de cada candidato (efetivo e suplente) e o respetivo grupo de docência;
- d) estar assinadas por todos os candidatos (efetivos e suplentes), com a assinatura constante do BI/CC.

5 - As listas de candidatos a representantes do pessoal não docente devem:

- a) indicar quais os candidatos efetivos e quais os suplentes;
- b) mencionar o nome completo, o n.º BI/CC e o setor de trabalho de cada candidato (efetivo e suplente);
- c) estar assinadas por todos os candidatos (efetivos e suplentes), com a assinatura constante do BI/CC.

6 - As listas admitidas para cada corpo eleitoral serão identificadas de A a Z, de acordo com a hora e a data de entrega nos serviços administrativos.

## **Artigo 12.º**

### **Escrutínios e resultados**

1 - O escrutínio é feito após o encerramento das urnas, pelas respetivas mesas eleitorais, que validam o processo e dele elaboram atas a entregar ao presidente do CG.

2 - A conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.

3 - Os resultados eleitorais são anunciados pela presidente do CG, que procede à afixação dos mesmos, no prazo de 24 horas, depois de decidir sobre os protestos lavrados

em ata. Essa divulgação é feita por edital afixado e publicitado pelos meios habituais nas escolas do Agrupamento.

4 - O edital referido no número anterior é assinado pela presidente do CG.

5 - As atas do escrutínio são enviadas ao senhor diretor-geral da Administração Escolar, após a conclusão do processo eleitoral.

6 - As atas são acompanhadas pelo presente regulamento.

## **CAPÍTULO V**

### **Disposições Finais**

#### **Artigo 13.º**

##### **Repetição do Ato Eleitoral**

1 - Em situação de não apresentação de listas repete-se o ato eleitoral no mais curto período de tempo.

2 - A presidente do CG e a Direção diligenciam para a formação das listas em falta.

#### **Artigo 14.º**

##### **Mandato**

O mandato dos membros do Conselho Geral cessa com a tomada de posse dos membros do Conselho Geral.

#### **Artigo 15.º**

##### **Omissões**

Para a resolução de eventuais casos omissos do presente Regulamento Eleitoral para o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Alcabideche, aplica-se, subsidiariamente, o disposto no Código do Procedimento Administrativo, naquilo que não se encontre referido no presente regulamento.

#### **Artigo 16.º**

##### **Entrada em vigor**

O presente Regulamento entra em vigor imediatamente após publicitação pela presidente do Conselho Geral do Agrupamento.

Alcabideche, 02 de dezembro de 2025

A presidente do Conselho Geral